



Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal Diário da Manhã, de Goiás

Publicada em 09 de outubro de 2007

Jornalista: Os recursos levantados com o leilão da subconcessão da Ferrovia Norte-Sul no trecho entre Açailândia (MA) e Palmas (TO) serão investidos no traçado inconcluso da obra, especialmente no Estado de Goiás? O senhor comprometeu-se a inaugurar a ferrovia antes de deixar o governo. A promessa está mantida?

Presidente: O trecho previsto no estado de Goiás, de Anápolis a Urupuaçu, de 280 quilômetros, está incluído no PAC e será executado até o final do meu mandato. Tenho consciência da importância da conclusão da Ferrovia Norte-Sul para o escoamento de nossa produção e desenvolvimento da economia do País. Por isso, meu governo foi o que mais investiu na execução dessa obra: dos 1 574 quilômetros de extensão da ferrovia, investimos em 785 quilômetros - dos quais 147 já foram concluídos.

Jornalista: A BR-153, principal artéria viária de Goiás, é a mais violenta em trechos cujas obras de duplicação se arrastam desde governos anteriores. Há recursos e prazos para a conclusão da duplicação do trecho entre os municípios de Itumbiara e Goiânia?

Presidente: Desde nosso primeiro mandato temos investido na duplicação desta rodovia e nossa expectativa é concluir todo o trecho entre Itumbiara e Goiânia até o final de 2008. Ainda este ano será feita a licitação para execução dos últimos 20 quilômetros de pista nova. A população de Goiás pode ficar tranqüila.



Jornalista: O anúncio de que a Petrobras pretende construir um alcoolduto entre Senador Canedo (GO) e a refinaria de Paulínia (SP) colocou Goiás na alça de mira de grandes grupos nacionais e estrangeiros, com o anúncio de diversos investimentos no setor sucroalcooleiro. Há garantias de que esse alcoolduto de fato será construído? Mais: lhe preocupa o impacto do avanço dos canaviais sobre o cerrado brasileiro?

Presidente: O alcoolduto entre senador Canedo (GO) e a refinaria de Paulínia (SP) está previsto entre as obras do PAC. A construção desse alcoolduto, ligando o litoral de SP ao centro do País, é um exemplo bem acabado dos objetivos que temos com o PAC: promover o crescimento e o desenvolvimento do País, de forma sustentável e equilibrada entre as diversas regiões, para que beneficie a todos os cidadãos brasileiros. Com relação à questão ambiental, estamos elaborando neste momento o zoneamento agro-ecológico que vai orientar e delimitar as áreas onde o plantio da cana-de-açúcar será permitido. Tenho dito que só nos interessa um desenvolvimento que seja ecologicamente sustentável.

Jornalista: Como fazer uma reforma tributária que acabe com a guerra fiscal sem suprimir os instrumentos que os Estados do interior do Brasil têm para atrair investimentos, como os incentivos fiscais?

Presidente: A guerra fiscal se tornou disfuncional e um fardo para o Brasil. Como quase todos os Estados acabam concedendo os mesmos benefícios fiscais, as vantagens relativas dessas concessões são reduzidas ou mesmo desaparecem. Pior: por ser ilegal, ela traz uma enorme insegurança jurídica para empresas e governos, atrapalhando os investimentos e o funcionamento da nossa economia. É por isso que assumimos um papel decisivo na redução das desigualdades regionais, fazendo investimentos estruturantes, desenvolvendo as vocações locais e ampliando as políticas de educação e de



distribuição de renda nas mais diferentes regiões do Brasil. Os instrumentos de incentivo, fiscais ou financeiros, dos estados e municípios ao setor produtivo são importantes e devem continuar - mas seguindo critérios transparentes e objetivos. Só assim teremos uma política nacional que aposte na harmonia e na conjugação de esforços dos entes federados, e não em uma competição predatória em que todos saem perdendo.

Jornalista: O senhor tem algum projeto específico para ocupar a Amazônia, tornando-a meio de produção e sustento para os povos da floresta e afastando os olhos das potências do exterior sobre a riqueza do solo e da biodiversidade da selva?

Presidente: Desde o início de meu governo temos dado uma atenção diferenciada para a Amazônia. Em fevereiro de 2004, apresentei à nação o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, cujas ações estão organizadas em três eixos: combate implacável às práticas ilegais, ordenamento territorial e fundiário e incentivo ao uso sustentável da floresta. Os resultados não demoraram a aparecer: nos últimos dois anos, houve redução de cerca de 50% na taxa de desmatamento da Amazônia. Além disso, criamos 21 novas reservas, num total de 10 milhões e 100 mil hectares. Com relação à exploração estrangeira de nossa biodiversidade, implementamos, a partir de 2003, o Conselho de Patrimônio Genético, que definiu um conjunto de medidas de punição para ações de extração ilegal de recursos da natureza. As novas delegacias da Polícia Federal especializadas em meio ambiente também têm contribuído de forma positiva no combate à biopirataria no Brasil. Paralelamente a isso, temos trabalhado para viabilizar o estabelecimento de uma forte economia baseada no uso sustentável da floresta. Foi por isso que sancionei a Lei de Gestão de Florestas Públicas, criando uma nova autarquia para estabelecer as regras para o manejo



sustentável dessas áreas. Muito ainda pode e deve ser feito pela Amazônia, mas não tenho dúvidas em afirmar que avançamos.